

Especializações e concentrações no mercado de trabalho capixaba

Leandro de Souza Lino

Resumo

Este artigo procura avaliar os níveis de especialização e/ou de concentração no mercado de trabalho entre as microrregiões do Espírito Santo. Para tanto foram utilizadas informações sobre as quantidades de empregos formais em cada uma das microrregiões do estado a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais. Entre os indicadores utilizados encontram-se o Quociente Locacional, o Coeficiente de Especialização e o Índice de Theil, que permitem determinar o nível de diversificação e/ou especialização em cada microrregião do Espírito Santo entre 2006 e 2018. Para esse período puderam ser obtidos os dados mais detalhados para empregos formais e PIB regionais. Visando subsidiar a discussão, foram utilizadas referências que tratam de desenvolvimento regional e mercado de trabalho. Com base nos resultados obtidos, constata-se que a microrregião Metropolitana não apenas é aquela em que se verifica a maior concentração e diversificação econômica, mas também a que tem um desempenho mais próximo da realidade do estado. As demais microrregiões caracterizam-se por um alto nível de concentração e/ou especialização em determinadas atividades, mas cada qual com sua particularidade.

Palavras-chave | Atividade econômica; concentração; desenvolvimento regional; especialização; Espírito Santo; mercado de trabalho.

Classificação JEL | J21 O18 R11

Specializations and concentrations in the capixaba labour market

Abstract

This article aims to assess the levels of specialization and/or concentration in the labour market among the micro-regions of Espírito Santo. For this purpose, information on the number of formal jobs in each of the state's micro-regions was used, based on data from the annual social information list. Among the indicators used are the Location Quotient, the Specialization Coefficient and the Theil Index, which allow determining the level of diversification and/or specialization in each micro-region of Espírito Santo between 2006 and 2018. More detailed data for formal employment and regional GDP could be obtained for this period. In order to

subsidize the discussion, references that deal with regional development and the labor market were used. Based on the results obtained, it appears that the Metropolitan micro-region is not only the one with the greatest economic concentration and diversification, but also the one with the closest performance to the reality of the state. The other micro-regions are characterized by a high level of concentration and/or specialization in certain activities, but each with its particularity.

Keywords | Concentration; economic activity; Espírito Santo; labour market; regional development; specialization.

JEL Classification | J21 O18 R11

Especializaciones y concentraciones en el mercado laboral capixaba

Resumen

Este artículo busca evaluar los niveles de especialización y/o concentración en el mercado laboral entre las microrregiones de Espírito Santo. Para ello, se utilizaron informaciones sobre el número de empleos formales en cada una de las microrregiones del estado, a partir de datos de la Lista Anual de Información Social. Entre los indicadores utilizados se encuentran el Cociente de Localización, el Coeficiente de Especialización y el Índice de Theil, que permiten determinar el nivel de diversificación y/o especialización de cada microrregión de Espírito Santo, entre 2006 y 2018. Para este período podrían obtenerse los datos más detallados de empleos formales y PIB regional. Para apoyar esta discusión, se utilizaron referencias que tratan de desarrollo regional y de mercado laboral. Con base en los resultados obtenidos, se observa que la microrregión Metropolitana, además de ser la de mayor concentración y diversificación económica, es la que presenta un desempeño más cercano a la realidad del estado. Las otras microrregiones se caracterizan por tener un alto nivel de concentración y/o especialización en determinadas actividades, pero cada una con su particularidad.

Palabras clave | Actividad económica; concentración; desarrollo regional; especialización; Espírito Santo; mercado laboral.

Clasificación JEL | J21 O18 R11

Introdução

O Espírito Santo é uma das 27 Unidades da Federação brasileira e encontra-se situado na Região Sudeste do país. O estado ocupa 0,5% do território nacional, possui 1,9% da população do Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), e contribui com 2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, de acordo com Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2018).

Porém, internamente o Espírito Santo possui sua população e sua economia muito concentradas na Região Metropolitana. Esta região, que é constituída por sete municípios – Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória – ocupa 5,1% do território, detém 49,1% da população e 55,9% do PIB estadual (IJSN, 2018). Além disso, ressalta-se que o estado é constituído por 78 municípios, que, por sua vez, encontram-se subdivididos em 10 microrregiões administrativas, incluindo a Metropolitana (ESPÍRITO SANTO, 2020).

Este processo de concentração ocorreu nos últimos 60 anos. De uma economia fortemente dependente da cafeicultura, o estado acabou sofrendo as consequências da política de erradicação dos cafezais implementadas pelo governo federal em 1962. Isso aconteceu, pois, em função da crise nos preços deste produto no mercado internacional da época, o governo federal implementou uma política de erradicação dos cafezais considerados improdutivos, mediante indenização. O Espírito Santo acabou sendo um dos estados mais afetados do país diante de seu nível de dependência dessa cultura naquele momento (ROCHA; MORANDI, 2012).

Esse processo foi acompanhado por políticas de industrialização implementadas no país, inclusive no Espírito Santo, nos anos subsequentes, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. No estado, esta industrialização ocorreu principalmente na Região Metropolitana e proximidades, a partir da ampliação das atividades da Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale) e implementação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (atual ArcelorMittal Tubarão), além da Samarco Mineração, em Anchieta, e Aracruz Celulose (atual Suzano), em Aracruz (LINO, 2021).

Já no interior do estado se teve o fomento de algumas atividades econômicas, como, por exemplo, a pecuária bovina de corte e de leite, as confecções, o setor de rochas ornamentais, entre outros, além da própria cafeicultura, que mesmo tendo passado por inúmeras crises, como a de 1962, permaneceu como uma importante atividade geradora de emprego e renda no interior capixaba (LINO, 2021).

Contudo, tais fatores ocorridos durante os anos de 1960-1970 acabaram desequilibrando os indicadores sociais e econômicos existentes entre as diferentes regiões do estado, especialmente na comparação entre a Metropolitana e as demais nove do interior capixaba.

Neste sentido, mesmo com essa indicação sobre os atuais níveis de concentração econômica em torno da Região Metropolitana, este trabalho pretende mensurar em que medida ela realmente se destoa das demais nove regiões do interior do estado. Além disso, por meio desta análise, será possível comparar as demais nove e apontar quais seriam as particularidades e/ou níveis de especialização apresentados para cada uma delas entre 2006 e 2018.

Assim, esse trabalho terá como objetivo principal o de mensurar os atuais níveis de especialização e/ou de concentração econômica de cada uma das microrregiões do Espírito Santo. Como objetivos específicos, estão o de apresentar aspectos teóricos

que tratam sobre especializações e/ou concentrações econômicas entre diferentes regiões; avaliar o desempenho econômico de cada uma das microrregiões do estado em um período mais recente; descrever o desempenho do mercado de trabalho de cada região capixaba; e apontar aquelas regiões que são mais especializadas e/ou concentradas em termos de distribuição de empregos entre os diferentes setores econômicos.

Este trabalho se justifica, uma vez que, embora se tenha indicativos, estudos e dados que apontem para uma concentração econômica do estado em torno da Região Metropolitana, não se tem conhecimento acerca das características e do tipo de consequência que tais níveis desencadeiam em suas microrregiões do interior. Ou seja, não se sabe se a estrutura econômica existente na economia do Espírito Santo encontra-se de alguma maneira replicada entre as microrregiões do interior do estado, mesmo que ela esteja apontada com resultados amenos e menores em termos quantitativos quando se compara à Metropolitana.

Esta análise terá como base, sobretudo, os dados sobre as quantidades de empregos formais, apresentados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia, para os anos de 2006 e 2018. Para indicação e mensuração sobre os atuais níveis de concentração e de especialização de cada uma das microrregiões, serão utilizados três indicadores, a saber: o Quociente Locacional, o Coeficiente de Especialização e o Índice de Theil. Ao utilizá-los, será possível mensurar não somente os níveis de concentração e/ou de especialização de cada uma das microrregiões, como, também, apontar quais seriam as atividades econômicas em que cada uma delas se destaca.

Para tanto, este trabalho encontra-se subdividido em três itens, além desta introdução e das considerações finais. Um voltado para tratar sobre o referencial teórico, outro para a metodologia e, por fim, o último, para a apresentação dos resultados.

Referencial teórico

A elaboração de trabalhos envolvendo a especialização produtiva e o desenvolvimento regional foi objeto constante de estudos de economia em um período mais recente (DINIZ; CARVALHO, 2014). Sobre essa questão vale destacar que, de acordo com Bastos (2007, p. 1), até os anos de 1970, as discussões envolvendo análise regional teve entre suas principais vertentes uma relacionada à “Teoria do Desenvolvimento Regional”. Esta, por sua vez, de inspiração keynesiana e baseada a partir de análises macroeconômicas, teve, entre seus principais teóricos, autores como Perroux (1967), Myrdal (1972) e Hirschman (1958), que por sua vez acabaram influenciando políticas de desenvolvimento regional implementadas no período entre os anos de 1950 e 1970 (BASTOS, 2007).

Sobre Perroux, seu destaque se deve pela elaboração da Teoria dos Polos de Crescimento, cujos princípios se baseavam a partir de três tipos de indústria, a saber: a motriz, a movida e a chave. A primeira seria aquela que possui condições de influenciar o desempenho da economia local, à medida que se registra uma alteração em seu sistema produtivo. A segunda seria aquela que acompanha o desempenho da motriz, a partir de variações em sua produção. Enquanto a última é a que possui meios para influenciar o desempenho global, diante de alterações em suas capacidades produtivas (JESUS; SPINOLA, 2015).

Outro autor que aborda a relação entre desenvolvimento regional e atividade econômica foi Myrdal. Ele desenvolveu uma teoria tendo como base o processo de causação circular cumulativa (C.C.C.), a partir de avaliações sobre as disparidades econômicas existentes entre os países considerados “desenvolvidos” em detrimento daqueles classificados como “subdesenvolvidos”. O autor apontou, ainda, que o sistema é eminentemente instável e desequilibrado, e caso não se tenha mudanças exógenas em determinadas localidades, ela se torna cada vez menos atrativa, tendo em vista que seus fatores de produção, capital e trabalho, devem migrar para outros locais em busca de novas oportunidades (LINO, 2021).

Além deles, Hirschman também tratou sobre o assunto à medida que indicou o papel do governo e do capital na contribuição para reduzir as disparidades regionais. Isso ocorre porque, em sua concepção, o governo deveria ter condições de ofertar uma infraestrutura social destinada a impulsionar suas atividades produtivas, além de elaborar estratégias de modo a induzir e fomentar o seu desenvolvimento para áreas consideradas como prioritárias para uma determinada região. Já o capital externo teria condições de equilibrar as forças caso o governo não tivesse condições de atuar, além de oferecer meios para o crescimento da concorrência externa (LINO, 2021).

Ainda entre as contribuições de Hirschman (1958 *apud* SANTOS, 2021), destaca-se que o autor apontou a falta de interdependência setorial, bem como os baixos *linkage effects*, como constituintes de uma das principais características das economias subdesenvolvidas. Ou seja, para o autor, os *linkage effects* existentes entre os diferentes setores econômicos são fundamentais para discutir e compreender o processo de desenvolvimento de um determinado território (SANTOS, 2021).

Entre as reflexões sobre desenvolvimento regional e distribuição das atividades econômicas, merece ainda destaque as contribuições de Christaller (1893-1969), tendo em vista sua Teoria de Lugares Centrais. Segundo o autor, “[...] os espaços econômicos tendem a se organizar [conforme] o princípio da centralidade, isto é, toma-se a centralização como uma tendência natural. Isso significa que é possível [...] hierarquizar as diversas regiões econômicas.” (PIRES, 2011, p. 601), principalmente a partir de uma rede de interdependência, tendo como referência os diversos outros locais.

Assim, conforme esta teoria, a organização espacial da população depende da “[...] importância e [do] dinamismo das atividades econômicas, principalmente o comércio e a indústria.” (ALVES, 2015, p. 13). É por isso que a proximidade com centros comerciais e industriais acabam se agrupando neste entorno, tornando-os, portanto, em um polo aglutinador (ALVES, 2015). Dessa maneira, mediante Teoria dos Lugares Centrais, o autor evidencia “[...] como o espaço geográfico pode ser visto por suas atividades econômicas e a organização de sua população” (LINO, 2021, p. 62).

Também merece destaque os trabalhos de Marshall, cuja teoria dos distritos industriais, influenciou diversos autores relacionados sobre o assunto (DINIZ; CARVALHO, 2014). Seu trabalho partiu de uma constatação sobre o

[...] fenômeno de concentração de empresas especializadas em um ramo de produção, em certas comunidades inglesas, com uma divisão de trabalho entre pequenos produtores baseada em laços de solidariedade. Marshall (1985) explica esse fenômeno em função das externalidades ou economias externas às empresas individuais, mas internas aos ramos de produção, tratando-se, portanto, de economias que não surgem diretamente de empresas, mas, sim, do território onde elas estão localizadas, em função da proximidade dos produtores. Tais economias externas podem estar relacionadas à difusão de conhecimento, à aprendizagem difusa das profissões, às invenções e inovações, ao desenvolvimento do comércio e dos transportes, aos contatos estreitos entre fornecedores e compradores, às redes de subcontratação de serviços e ao mercado de mão de obra qualificada etc. Segundo Marshall, no entanto, a cooperação econômica explica apenas em parte as vantagens de um distrito industrial, e, por isso, o seu interesse vai além dos aspectos econômicos, realçando a importância dos valores imateriais da localização, como as relações sociais e a cultura local, para mostrar que a dinâmica industrial não pode ser reduzida a seu aspecto meramente mercantil (DINIZ; CARVALHO, 2014, p. 36).

Além disso, durante essas discussões, alguns autores desenvolveram métodos para mensurar o nível de concentração de uma determinada atividade em uma região. Entre eles, encontram-se Hildebrand e Mace (*apud* PIRES, 2011), que elaboraram o Quociente Locacional (QL), que visa calcular “[...] a concentração de um determinado setor ou atividade i , de uma região j , numa área de referência, na qual a região j também está inserida” (PIRES, 2011, p. 602-603). Este indicador, apesar de ter sido criado para discussões envolvendo exportações, acabou sendo utilizado para outras finalidades, como na identificação de atividades econômicas a partir de dados sobre mercado de trabalho (PIRES, 2011).

Outros indicadores também foram desenvolvidos e utilizados para avaliar os níveis de concentração e/ou de especialização de uma determinada economia, como o Coeficiente de Especialização (CE) e o Índice de Theil. Estes dois indicadores, em

conjunto com o QL, foram utilizados em trabalhos como os de Diniz e Carvalho (2014) e do Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE, 2002), para avaliar as especializações e/ou concentrações no mercado de trabalho das diferentes regiões de Portugal. Sobre esses três indicadores mencionados – adotados por este trabalho –, ressalta-se que mais informações sobre suas fórmulas e interpretações de resultados encontram-se no próximo capítulo, destinado à metodologia.

Metodologia

Tendo como objetivo avaliar a espacialização e a concentração das atividades econômicas em cada uma das 10 microrregiões do estado, este trabalho terá como método inicial a utilização de dados de fontes oficiais, com informações sobre a população, o PIB e o PIB *per capita* como forma de compreender o desempenho de cada região no período entre 2006 e 2018. A delimitação desta série histórica se baseia no fato de ser o período em que se tem informações mais detalhadas para o mercado de trabalho (por subclasses CNAE 2.0) e, também, para o PIB municipal, o que permite uma reflexão geral sobre cada microrregião do estado.

Ressalta-se que esses dados para o período supracitado serão avaliados de maneira comparativa a partir da fórmula da Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA), que é:

$$TGCA = \left[\left(\sqrt[n]{\frac{P_{t+n}}{P_t}} \right) - 1 \right] \times 100$$

Em que, n é o número de anos no período; P_t é o dado inicial, no começo do período; e, P_{t+n} é o dado final, no fim do período.

Em sequência, será realizada uma avaliação sobre as quantidades de empregos formais diante dos dados da RAIS do Ministério da Economia. Para tanto, será considerada a classificação por setor do IBGE, que se encontra subdividida em oito atividades, a saber: agropecuária, extração vegetal, caça e pesca; extrativa mineral; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio; serviços; e administração pública. Estes dados também serão avaliados de maneira comparativa, para cada uma das regiões e setores econômicos do Estado, tendo ainda como referência seus desempenhos nas TGCA para o período entre 2006 e 2018.

Estes dados da RAIS também serão utilizados para calcular os Quocientes de Localização (QL) de cada uma das microrregiões do Espírito Santo como forma de

identificar aqueles setores em que cada uma delas se destaca. Ainda acerca deste indicador, vale citar que, de acordo Lino (2021), o mesmo permite avaliar, em termos relativos, a concentração de certa atividade em uma determinada região, quando comparada a sua representatividade em um território padrão, o que neste caso, compreende-se como sendo o Espírito Santo.

Segundo INE (2002), o QL pode ser representado pela fórmula:

$$QL_{rj} = \frac{\frac{X_{rj}}{X_r}}{\frac{X_{pj}}{X_p}}$$

Em que, X_{rj} representa o valor da atividade j na região r ; X_r relaciona ao total das atividades consideradas na região r ; X_{pj} se trata do valor da respectiva atividade j na região padrão p ; e, X_p se refere ao valor total das atividades consideradas na região padrão p .

Seus resultados também podem ser representados pelo seguinte intervalo, a saber:

$$(0 \leq QL_{rj} \leq \infty)$$

Assim, no referido cálculo, as regiões r representam cada uma das 10 microrregiões, enquanto a região padrão p se relaciona aos dados do Espírito Santo.

Sobre os resultados, os mesmos podem ainda ser distinguidos entre os que possuem valores menores e maiores que um. Essa diferença ocorre porque, com resultados menores que um indica que o setor j possui uma representatividade inferior a desse mesmo setor (j) na região padrão. Já casos com valores maiores que um apontam que este setor (j) é mais expressivo na região r do que a sua mesma representatividade (do setor j), na região padrão (p).

Além disso, para se avaliar os níveis de especialização ou de concentração econômica das microrregiões do Espírito Santo, serão utilizados os indicadores de Coeficiente de Especialização (CE) e Índice de Theil. Todavia, diferentemente da situação anterior, sobre QL, estes dois apresentam um resultado único para cada microrregião. Ou seja, eles apontam para um único valor que representam os atuais níveis de especialização ou de concentração de uma determinada microrregião. Por isso, para seus cálculos, considerou-se os dados da RAIS, do Ministério da Economia, com os detalhamentos por subclasse CNAE, que, por sua vez, possuem

informações para as quantidades de empregos em 1.358 atividades¹. Assim, ao utilizar esse detalhamento dos dados da RAIS – por subclasses CNAE –, para o cálculo desses últimos dois indicadores – CE e Índice de Theil –, permite obter resultados com maior acurácia sobre os atuais níveis de especialização e/ou de concentração entre as microrregiões do estado.

Em relação aos indicadores supracitados, destaca-se sobre o CE, que ele se baseia em “[...] uma medida relativa que, ao contrário do QL, detém uma forte capacidade de síntese, nomeadamente, quando se procuram obter respostas a questões do tipo ‘qual o grau de especialização de uma determinada região?’” (INE, 2002, p. 70). Isso ocorre porque o CE busca responder o nível de concentração de determinada região, tendo como referência suas atividades econômicas existentes.

Seu cálculo, segundo INE (2002, p. 70), baseia-se “[...] no somatório do módulo dos desvios da importância que o sector [sic] j assume na região r e a importância que esse mesmo sector assume na região padrão p . O CE de uma região r corresponde a [sic] metade do resultado obtido naquele somatório”. A fórmula utilizada para calcular o CE, conforme INE (2002), é:

$$CE_r = \frac{1}{2} \left| \frac{X_{pj}}{X_p} - \frac{X_{rj}}{X_r} \right|$$

Em que X_{pj} se refere ao valor da respectiva atividade j na região padrão p ; X_p se relaciona ao valor total das atividades consideradas na região padrão p ; X_{rj} se trata do valor da atividade j na região r ; e, X_r se relaciona ao total das atividades consideradas na região r .

Seus resultados podem estar ainda dispostos no intervalo entre:

$$(0 \leq CE_r \leq 1)$$

Também em relação à compreensão sobre seus resultados, destaca-se que, em situações com $CE = 0$, a estrutura setorial da região avaliada é totalmente equivalente ao da região padrão (INE, 2002, p. 70). Já se o CE for igual a um, o

¹ Ressalta-se que tal classificação em subclasses se diferencia da utilizada para o cálculo do QL, uma vez que se baseia na subdivisão por setores do IBGE, compreendida entre apenas oito atividades.

resultado aponta para o fato de a região ser mais especializada, quando se comparado com a estrutura produtiva da região de referência.

Por fim, o outro indicador a ser utilizado por este trabalho para mensurar o nível de diversificação econômica das microrregiões do estado refere-se ao Índice de Theil. Entretanto, diferente dos dois anteriores, este não compara seu desempenho com uma região de referência e se baseia apenas na composição setorial da própria região.

Segundo INE (2002), a fórmula para obtenção dos resultados do Índice de Theil (E_r) é:

$$E_r = - \sum_{j=1}^j \left\{ \frac{X_{rj}}{X_r} \cdot \left[\log \left(\frac{X_{rj}}{X_r} \right) \right] \right\}$$

Onde X_{rj} se relaciona ao valor da atividade j na região r , e X_r se refere ao total das atividades consideradas na região r . Seus resultados encontram-se definidos no intervalo entre:

$$(0 \leq E_r \leq \log J)$$

Também conforme o INE (2002, p. 71), “o resultado do E pode ser normalizado, passando a variar entre 0 e 1, respectivamente, para máximo de diversificação e especialização máxima. O indicador normalizado tem, por isso, um sentido de leitura inverso”.

Dessa maneira, a fórmula para o cálculo do Índice de Theil normalizado é:

$$E'_r = \frac{\log K - E_r}{\log K}$$

Em que K se refere à quantidade de setores retidos para análise. Sobre seus resultados, eles estão definidos no intervalo entre:

$$(0 \leq E'_r \leq 1)$$

Também como meio de interpretar seus resultados, tem-se que valores próximos a zero apontam para uma maior diversificação econômica, enquanto aqueles que se aproximam de um indicam uma maior especialização da referida região.

Assim, o capítulo a seguir se destinará a abordar o desempenho das microrregiões do Estado, seja em sua população, PIB e PIB *per capita*, como, também, em seu mercado de trabalho e seus indicadores de concentração e/ou de especialização para o período entre 2006 e 2018.

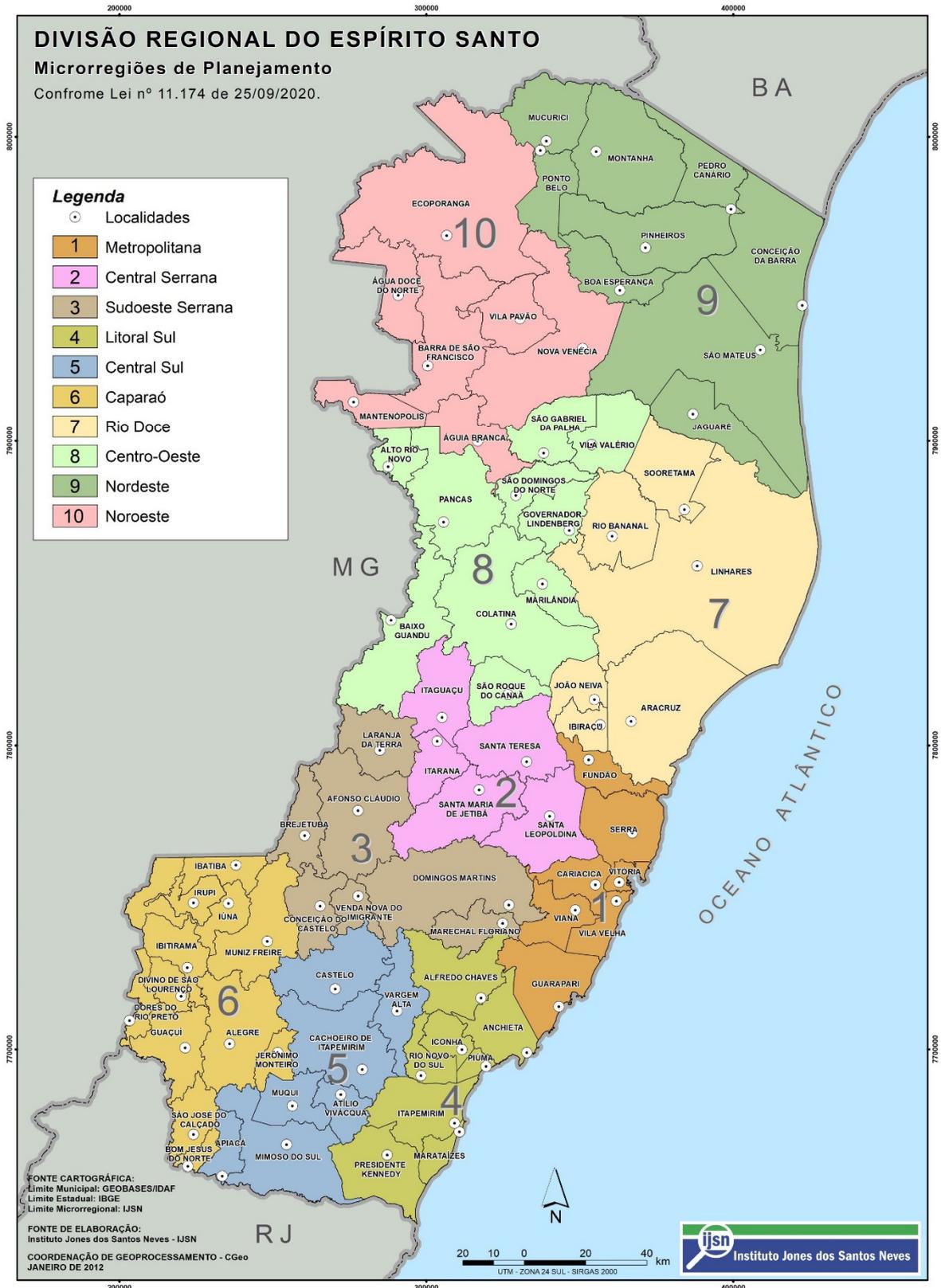
Estudo de caso

Este capítulo encontra-se subdividido em duas partes distintas, sendo uma destinada a apresentar as 10 microrregiões do Espírito Santo, bem como seu desempenho em indicadores como população, PIB e PIB *per capita*, e a segunda, voltada para discutir o mercado de trabalho formal e as concentrações e especializações presentes entre as diferentes regiões do estado.

O Espírito Santo e suas microrregiões

Conforme Lei Estadual nº 11.174, de 2020, o Espírito Santo é constituído por 78 municípios, que estão subdivididos em 10 microrregiões: Metropolitana, Central Serrana, Sudoeste Serrana, Litoral Sul, Central Sul, Caparaó, Rio Doce, Centro-Oeste, Nordeste e Noroeste. A localização de cada uma das microrregiões do estado pode ser constatada no Mapa 1.

Mapa 1 – Divisão do Espírito Santo por microrregiões



Fonte: IJSN (2020).

Contudo, quando se avalia o desempenho interno das 10 microrregiões do Espírito Santo em variáveis como população, PIB e PIB *per capita* (Tabela 1, a seguir), verifica-se, como já mencionado, que estes se encontram concentrados na Região Metropolitana, embora seus resultados tenham sofrido pequenas alterações em um período mais recente, entre 2006 e 2018.

Tabela 1 – Comparativo entre os desempenhos das estimativas populacionais, do PIB e do PIB *per capita*, entre 2006 e 2018

Região	População					PIB – em milhões R\$*					PIB <i>per capita</i> – em R\$*		
	Em números absolutos			Em %		Em números absolutos			Em %		Em números absolutos		
	2006	2018	TGCA 2006-2018	2006	2018	2006	2018	TGCA 2006-2018	2006	2018	2006	2018	TGCA 2006-2018
Metropolitana	1.661.626	1.951.673	1,3%	48,0	49,1	69.246	82.075	1,4%	62,1	55,9	41.673,42	42.053,77	0,1%
Central Serrana	94.991	100.269	0,5%	2,7	2,5	1.497	2.706	5,1%	1,3	1,8	15.763,94	26.983,94	4,6%
Sudoeste Serrana	136.407	141.675	0,3%	3,9	3,6	1.860	3.042	4,2%	1,7	2,1	13.634,23	21.472,85	3,9%
Litoral Sul	159.280	173.656	0,7%	4,6	4,4	5.864	18.613	10,1%	5,3	12,7	36.812,75	107.182,71	9,3%
Central Sul	312.884	326.754	0,4%	9,0	8,2	6.506	7.799	1,5%	5,8	5,3	20.795,03	23.867,51	1,2%
Caparaó	195.984	198.980	0,1%	5,7	5,0	2.111	3.335	3,9%	1,9	2,3	10.772,97	16.760,51	3,8%
Rio Doce	262.272	347.106	2,4%	7,6	8,7	12.567	13.952	0,9%	11,3	9,5	47.915,53	40.195,69	-1,5%
Centro-Oeste	249.652	280.889	1,0%	7,2	7,1	4.490	6.824	3,5%	4,0	4,7	17.983,95	24.293,24	2,5%
Nordeste	241.336	289.128	1,5%	7,0	7,3	4.946	5.351	0,7%	4,4	3,6	20.495,47	18.506,32	-0,8%
Noroeste	149.853	162.258	0,7%	4,3	4,1	2.377	3.004	2,0%	2,1	2,0	15.861,61	18.511,95	1,3%
Espírito Santo	3.464.285	3.972.388	1,1%	100,0	100,0	111.464	146.700	2,3%	100,0	100,0	32.175,18	36.929,93	1,2%

Notas: *Valores a preços reais, corrigidos pelo IPCA, a preços médios de 2020.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2006-2018) e IJSN (2006-2018).

Assim, para a variável população no período, entre 2006 e 2018, percebe-se que as Taxas Geométricas de Crescimento Anual (TGCA) das regiões Rio Doce e Nordeste foram as únicas que tiveram resultados superiores aos da Metropolitana. Entretanto, esta situação se diferencia para o PIB e o PIB *per capita*, cujos desempenhos das TGCA das regiões Rio Doce e Nordeste foram

as únicas inferiores as registradas pela Metropolitana. Já entre as microrregiões que tiveram maiores crescimentos para o PIB e o PIB *per capita*, entre 2006 e 2018, encontram-se especialmente a Litoral Sul, a Central Serrana, a Sudoeste Serrana e a Caparaó.

Entre os fatores que contribuíram para o desempenho do PIB das microrregiões do estado de maneira geral, especialmente entre aquelas localizadas no litoral capixaba, tais como Nordeste, Rio Doce e Litoral Sul, além da própria Metropolitana, encontram-se os resultados de atividades como a de exploração de petróleo. Isso se deve pelo fato de que, embora existam registros de extração de petróleo no estado desde os anos 1960, realizados especialmente em áreas terrestres nas regiões ao norte do território capixaba (Rio Doce e Nordeste), tal atividade se intensificou naquelas localizadas ao sul do Espírito Santo a partir de 2007, em função das descobertas do produto no pré-sal brasileiro, cuja área de exploração concentra-se em alto-mar, sobretudo na microrregião Litoral Sul (LINO, 2021).

Além disso, entre as regiões do interior, tais como Central Serrana, Sudoeste Serrana e Caparaó, seus desempenhos em termos de PIB e PIB *per capita* para o período entre 2006 e 2018 estão associados principalmente a atividades como as de turismo e agricultura, apesar de tais resultados não necessariamente apontarem para um maior nível de empregabilidade nestes segmentos, como se verá no item a seguir. Estas microrregiões abrigam municípios reconhecidos por seu dinamismo, como Santa Maria de Jetibá, com hortifrutigranjeiros, e Santa Teresa, Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante e todos do entorno do Parque Nacional do Caparaó, que têm atividades ligadas ao turismo, agricultura e agroturismo².

Como se nota, tais atividades, mesmo a petrolífera – que é realizada em alto-mar –, de algum modo contribuem para uma certa desconcentração econômica em torno da Região Metropolitana em um período mais recente, apesar das estimativas populacionais realizadas pelo IBGE ainda apontarem uma tendência de concentração.

Assim, ao se avaliar as participações percentuais de cada microrregião para as totalidades do Espírito Santo (Tabela 1), em termos de população, verifica-se que as únicas que ampliaram seus desempenhos entre 2006 e 2018, foram a Metropolitana, a Rio Doce e a Nordeste.

Já em relação às participações percentuais dos PIBs regionais no total do estado, entre os anos de 2006 e 2018, constatam-se as ampliações nos resultados da Central Serrana, da Sudoeste Serrana, do Caparaó e da Centro-Oeste.

² Sendo Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa, na microrregião Central Serrana; Domingos Martins e Venda Nova do Imigrante, na Sudoeste Serrana; e os municípios no entorno do Parque Nacional do Caparaó, na Caparaó.

Com base nos resultados apresentados, constata-se que, apesar da população e a economia do estado estarem muito concentradas na Região Metropolitana, desde os anos de 1960, tais desempenhos vêm registrando pequenas alterações em um período mais recente, principalmente em relação ao PIB e ao PIB *per capita*³.

Outro fator importante a ser considerado é que tais desempenhos registrados nos PIBs, nos PIBs *per capita* e nas próprias estimativas realizadas para a população das regiões, entre 2006 e 2018, poderão ser comparados com os resultados a serem apresentados para os empregos formais, como se verá no item a seguir.

Um comparativo do mercado de trabalho formal entre as microrregiões do Espírito Santo

A distribuição dos empregos formais por setor, entre 2006 e 2018, nas 10 microrregiões do Espírito Santo, encontram-se nas Tabelas 2 e 3. Por estes resultados, constatam-se diferentes vocações e características das microrregiões capixabas. Isso porque, ao se avaliar setores como o de serviços, as regiões em que suas contribuições para as quantidades de empregos foram mais expressivas, ocorreram na Metropolitana e no total do Estado, para os dois anos, e na Central Sul e no Centro-Oeste, apenas para 2018. Já os empregos no comércio se destacaram na Central Serrana e na Noroeste, ambas durante o ano de 2018. Enquanto os empregos para a administração pública, as regiões que tiveram maiores participações foram a Sudoeste Serrana, a Litoral Sul e a Caparaó. Nota-se, ainda, os empregos na indústria de transformação, na microrregião Rio Doce, e na agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, na Nordeste.

³ Cabe destacar que as informações sobre população se referem a estimativas realizadas pelo IBGE, cujos levantamentos *in loco* (mediante Censo Demográfico) previstos para ocorrer em 2020, foram adiados em função dos efeitos da pandemia de Covid-19.

Tabela 2 – Quantidade de empregos formais por setor e microrregião, em 2006-2018

Microrregião	Ano	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Total
Metropolitana	2006	3.427	4.131	76.566	6.180	74.446	143.604	231.118	123.983	663.455
	2018	2.878	4.997	75.776	8.422	50.669	171.109	318.301	127.862	760.014
	TGCA 2006-2018	-1,4%	1,6%	-0,1%	2,6%	-3,2%	1,5%	2,7%	0,3%	1,1%
Central Serrana	2006	2.281	137	1.664	72	472	2.854	2.204	3.831	13.515
	2018	4.288	126	2.469	67	1.249	5.991	3.918	5.254	23.362
	TGCA 2006-2018	5,4%	-0,7%	3,3%	-0,6%	8,4%	6,4%	4,9%	2,7%	4,7%
Sudoeste Serrana	2006	4.974	507	2.401	40	1.183	4.236	3.446	5.888	22.675
	2018	4.707	382	4.015	68	1.789	7.357	8.236	7.900	34.454
	TGCA 2006-2018	-0,5%	-2,3%	4,4%	4,5%	3,5%	4,7%	7,5%	2,5%	3,5%
Litoral Sul	2006	2.450	1.000	4.810	257	1.997	4.750	6.387	9.736	31.387
	2018	1.830	872	4.131	741	1.238	8.549	10.908	20.092	48.361
	TGCA 2006-2018	-2,4%	-1,1%	-1,3%	9,2%	-3,9%	5,0%	4,6%	6,2%	3,7%
Central Sul	2006	2.604	2.904	17.976	581	3.931	16.272	15.921	11.784	71.973
	2018	1.836	1.521	21.338	440	1.907	21.289	23.449	15.281	87.061
	TGCA 2006-2018	-2,9%	-5,2%	1,4%	-2,3%	-5,8%	2,3%	3,3%	2,2%	1,6%
Caparaó	2006	3.624	169	1.515	144	907	4.803	3.635	8.829	23.626
	2018	2.062	92	2.048	373	582	8.406	7.491	9.417	30.471
	TGCA 2006-2018	-4,6%	-4,9%	2,5%	8,3%	-3,6%	4,8%	6,2%	0,5%	2,1%
Rio Doce	2006	16.363	594	25.801	495	7.539	16.599	23.154	13.432	103.977
	2018	16.972	1.431	34.675	674	10.654	23.689	32.341	17.346	137.782
	TGCA 2006-2018	0,3%	7,6%	2,5%	2,6%	2,9%	3,0%	2,8%	2,2%	2,4%
Centro-Oeste	2006	6.389	1.351	21.908	600	2.513	14.655	11.347	9.359	68.122
	2018	4.123	1.125	18.576	734	1.934	18.843	19.134	12.047	76.516
	TGCA 2006-2018	-3,6%	-1,5%	-1,4%	1,7%	-2,2%	2,1%	4,5%	2,1%	1,0%

Nordeste	2006	24.675	971	3.706	263	1.884	10.464	10.590	11.812	64.365
	2018	17.413	397	7.104	219	2.562	12.808	13.989	14.638	69.130
	TGCA 2006-2018	-2,9%	-7,2%	5,6%	-1,5%	2,6%	1,7%	2,3%	1,8%	0,6%
Noroeste	2006	2.817	4.570	2.966	118	518	5.272	2.585	6.941	25.787
	2018	2.077	2.291	4.065	172	882	8.029	5.446	7.749	30.711
	TGCA 2006-2018	-2,5%	-5,6%	2,7%	3,2%	4,5%	3,6%	6,4%	0,9%	1,5%
Espírito Santo	2006	69.604	16.334	159.313	8.750	95.390	223.509	310.387	205.595	1.088.882
	2018	58.186	13.234	174.197	11.910	73.466	286.070	443.213	237.586	1.297.862
	TGCA 2006-2018	-1,5%	-1,7%	0,7%	2,6%	-2,2%	2,1%	3,0%	1,2%	1,5%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Economia (2006-2018).

Tabela 3 – Participação percentual dos empregos formais por setor do IBGE nos totais das microrregiões, em 2006-2018

Microrregião	Ano	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Total
Metropolitana	2006	0,5	0,6	11,5	0,9	11,2	21,6	34,8	18,7	100,0
	2018	0,4	0,7	10,0	1,1	6,7	22,5	41,9	16,8	100,0
Central Serrana	2006	16,9	1,0	12,3	0,5	3,5	21,1	16,3	28,3	100,0
	2018	18,4	0,5	10,6	0,3	5,3	25,6	16,8	22,5	100,0
Sudoeste Serrana	2006	21,9	2,2	10,6	0,2	5,2	18,7	15,2	26,0	100,0
	2018	13,7	1,1	11,7	0,2	5,2	21,4	23,9	22,9	100,0
Litoral Sul	2006	7,8	3,2	15,3	0,8	6,4	15,1	20,3	31,0	100,0
	2018	3,8	1,8	8,5	1,5	2,6	17,7	22,6	41,5	100,0
Central Sul	2006	3,6	4,0	25,0	0,8	5,5	22,6	22,1	16,4	100,0
	2018	2,1	1,7	24,5	0,5	2,2	24,5	26,9	17,6	100,0
Caparaó	2006	15,3	0,7	6,4	0,6	3,8	20,3	15,4	37,4	100,0
	2018	6,8	0,3	6,7	1,2	1,9	27,6	24,6	30,9	100,0
Rio Doce	2006	15,7	0,6	24,8	0,5	7,3	16,0	22,3	12,9	100,0
	2018	12,3	1,0	25,2	0,5	7,7	17,2	23,5	12,6	100,0
Centro-Oeste	2006	9,4	2,0	32,2	0,9	3,7	21,5	16,7	13,7	100,0
	2018	5,4	1,5	24,3	1,0	2,5	24,6	25,0	15,7	100,0
Nordeste	2006	38,3	1,5	5,8	0,4	2,9	16,3	16,5	18,4	100,0
	2018	25,2	0,6	10,3	0,3	3,7	18,5	20,2	21,2	100,0
Noroeste	2006	10,9	17,7	11,5	0,5	2,0	20,4	10,0	26,9	100,0
	2018	6,8	7,5	13,2	0,6	2,9	26,1	17,7	25,2	100,0
Espírito Santo	2006	6,4	1,5	14,6	0,8	8,8	20,5	28,5	18,9	100,0
	2018	4,5	1,0	13,4	0,9	5,7	22,0	34,1	18,3	100,0

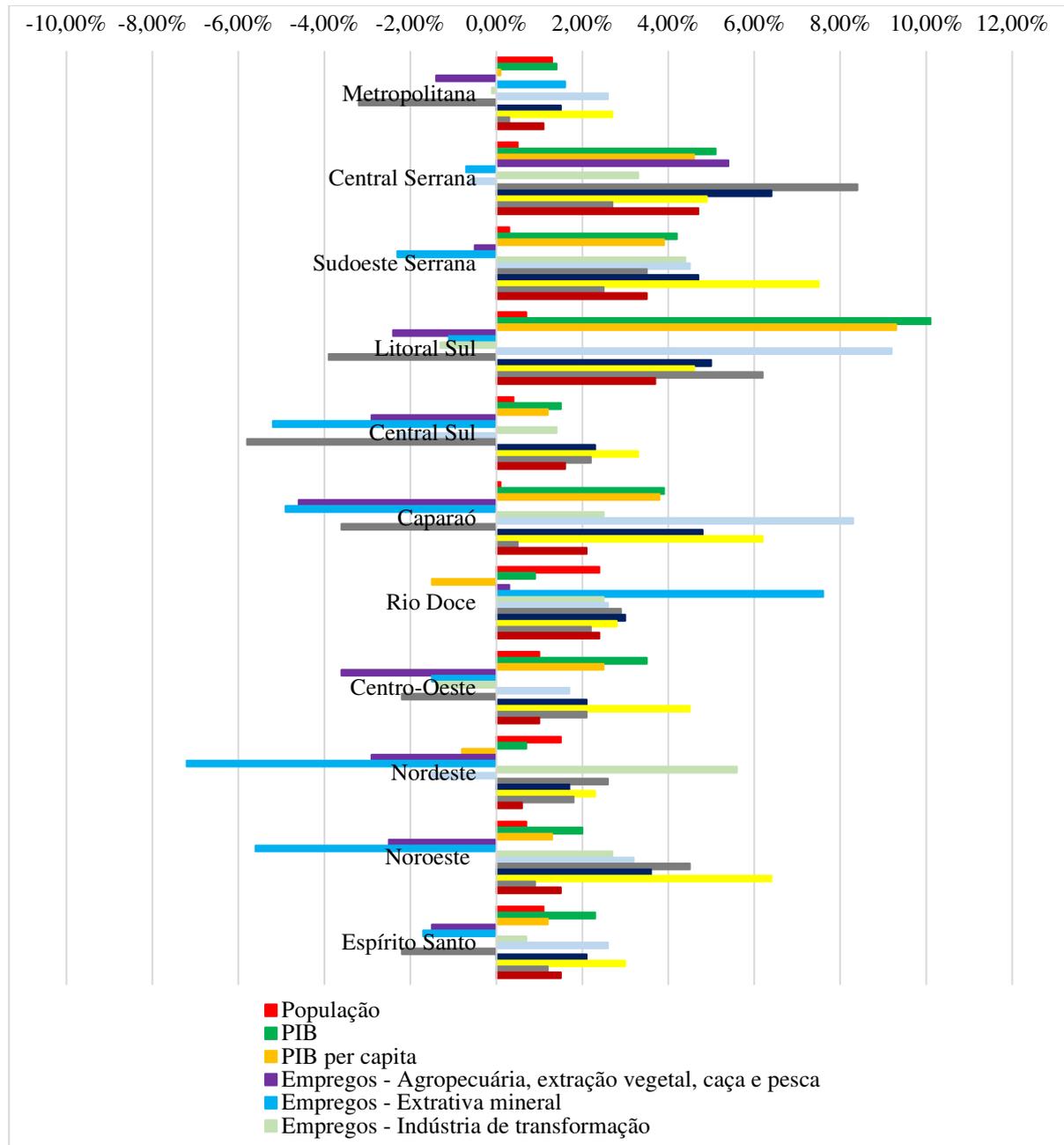
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Economia (2006-2018).

Além disso, sobre as taxas de crescimento nas quantidades de empregos em cada um dos setores das 10 microrregiões, entre 2006 e 2018 (Tabela 2), observa-se que os serviços foram os que tiveram maiores ampliações na Metropolitana, na Sudoeste Serrana, na Central Sul, na Centro-Oeste e na Noroeste, além do próprio Espírito Santo. Já a construção civil teve maior crescimento na Central Serrana. Os serviços industriais de utilidade pública tiveram maiores aumentos nas quantidades de empregos em regiões como Litoral Sul e Caparaó. A extrativa mineral registrou maior crescimento na região Rio Doce, enquanto a indústria de transformação, na Nordeste.

Ainda sobre os resultados apresentados, cabe citar que a microrregião Rio Doce⁴ foi a única em que todos os setores listados ampliaram suas quantidades de empregos formais, entre os anos de 2006 e 2018. Entre os principais aspectos que caracterizam esta região e que justificam este desempenho estão desde a presença de uma grande atividade industrial voltada para a produção de celulose em Aracruz (a antiga Aracruz Celulose, atual Suzano, implementada nos anos de 1970), como também a existência de um município como Linhares, que se apresenta por seu dinamismo e por ter uma economia com certo nível de diversificação. No caso de Linhares, seu desempenho ocorre em função de seus aspectos institucionais favoráveis para atração de novos negócios, a presença de uma infraestrutura adequada e competitiva, além da disponibilidade de mão de obra e de terrenos para construção de áreas industriais (LINHARES, 2021). Assim, tais elementos permitem avaliar a microrregião Rio Doce, desde a ótica apontada por Myrdal, já que seu desenvolvimento se encontra concentrado em alguns municípios (e não distribuídos no território como um todo), como também por Hirschman à medida que se tem a importância do governo e do próprio capital, contribuindo para atração de novos negócios. O desempenho comparativo entre as TGCA's das populações, dos PIBs e dos PIBs *per capita*s, com as dos empregos formais nos diferentes setores econômicos, em cada microrregião, pode ser avaliado por meio do Gráfico 1.

⁴ A microrregião é composta por: Aracruz, Ibraçu, João Neiva, Linhares, Rio Bananal e Sooretama.

Gráfico 1 – Comparativos das TGCAs das populações, dos PIBs, dos PIBs *per capita* e dos empregos formais por setores do IBGE, nas 10 microrregiões do estado, entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2006-2018), IJSN (2006-2018) e Ministério da Economia (2006-2018).

Por meio desses resultados, percebe-se que a região Litoral Sul foi a única em que as ampliações no PIB e no PIB *per capita* regional, para o período entre 2006 e 2018, foram superiores aos crescimentos identificados nas quantidades de empregos de todos os setores econômicos. Ressalta-se que, como já citado, esta situação está

associada às ampliações na extração de petróleo realizadas em suas áreas marítimas e, portanto, com pouca interação com suas atividades terrestres. Além disso, cabe registrar que neste período houve as paralisações da Samarco Mineração – empresa implementada durante os anos de 1970 no município de Anchieta, localizado na região –, no fim do ano de 2015 em função do rompimento de sua barragem de rejeitos de minério, em Mariana (MG) (SAMARCO, 2021).

Dessa forma, a extração de petróleo realizada nas áreas marítimas da região Litoral Sul, diante de sua pouca interação com as atividades presentes em sua parte terrestre, acaba não permitindo o fortalecimento de novos distritos industriais locais, como preconizados por Marshall. Tal fato pode ser confirmado, à medida que se identifica as ampliações no PIB da região – mesmo com as paralisações de uma importante empresa para a economia local, como a Samarco –, e a não conversão desse desempenho favorável para aumentar as quantidades de empregos formais locais na mesma proporção, independente do setor a ser considerado, para o período entre 2006 e 2018.

Além disso, a Tabela 4 permite avaliar as contribuições dos empregos de cada setor das microrregiões nos totais disponíveis no Espírito Santo. Com base nestes resultados, identifica-se que em serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços e administração pública, a Região Metropolitana concentra mais da metade dos empregos disponíveis nestes setores do Espírito Santo.

Já em regiões como Central Serrana, Sudoeste Serrana, Rio Doce Nordeste, os destaques são nas quantidades de empregos na agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, para os totais existentes neste setor no Espírito Santo. Nas microrregiões Caparaó e Litoral Sul, o setor com maior contribuição relativa para o total do Espírito Santo, em 2018, foi a administração pública.

Enquanto na Central Sul, os setores em que a região mais contribuiu para as totalidades relativas existentes no estado foram os de extrativa mineral e indústria de transformação. Ressalta-se que a Noroeste também teve o setor de extrativo mineral como sendo aquele em que a região mais contribuiu para a totalidade do Espírito Santo. No caso da Centro-Oeste, o destaque foi para o setor da indústria de transformação.

Tabela 4 – Participação percentual dos empregos formais das microrregiões nos totais do Espírito Santo, em 2006-2018

Microrregião	Ano	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Total
Metropolitana	2006	4,9	25,3	48,1	70,6	78,0	64,2	74,5	60,3	60,9
	2018	4,9	37,8	43,5	70,7	69,0	59,8	71,8	53,8	58,6
Central Serrana	2006	3,3	0,8	1,0	0,8	0,5	1,3	0,7	1,9	1,2
	2018	7,4	1,0	1,4	0,6	1,7	2,1	0,9	2,2	1,8
Sudoeste Serrana	2006	7,1	3,1	1,5	0,5	1,2	1,9	1,1	2,9	2,1
	2018	8,1	2,9	2,3	0,6	2,4	2,6	1,9	3,3	2,7
Litoral Sul	2006	3,5	6,1	3,0	2,9	2,1	2,1	2,1	4,7	2,9
	2018	3,1	6,6	2,4	6,2	1,7	3,0	2,5	8,5	3,7
Central Sul	2006	3,7	17,8	11,3	6,6	4,1	7,3	5,1	5,7	6,6
	2018	3,2	11,5	12,2	3,7	2,6	7,4	5,3	6,4	6,7
Caparaó	2006	5,2	1,0	1,0	1,6	1,0	2,1	1,2	4,3	2,2
	2018	3,5	0,7	1,2	3,1	0,8	2,9	1,7	4,0	2,3
Rio Doce	2006	23,5	3,6	16,2	5,7	7,9	7,4	7,5	6,5	9,5
	2018	29,2	10,8	19,9	5,7	14,5	8,3	7,3	7,3	10,6
Centro-Oeste	2006	9,2	8,3	13,8	6,9	2,6	6,6	3,7	4,6	6,3
	2018	7,1	8,5	10,7	6,2	2,6	6,6	4,3	5,1	5,9
Nordeste	2006	35,5	5,9	2,3	3,0	2,0	4,7	3,4	5,7	5,9
	2018	29,9	3,0	4,1	1,8	3,5	4,5	3,2	6,2	5,3
Noroeste	2006	4,0	28,0	1,9	1,3	0,5	2,4	0,8	3,4	2,4
	2018	3,6	17,3	2,3	1,4	1,2	2,8	1,2	3,3	2,4
Espírito Santo	2006	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	2018	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Economia (2006-2018).

Os resultados para o Quociente Locacional (QL), tendo em vista as quantidades de empregos formais por setores, podem ser verificados na Tabela 5. Vale lembrar que casos nos quais os resultados para o QL são superiores a um indicam que este determinado setor é mais expressivo na referida região do que em sua região padrão, ou seja, do que no Espírito Santo.

Tabela 5 – Quociente locacional (QL) dos empregos formais por setor do IBGE e por microrregião, em 2006-2018

Microrregião	Ano	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública
Metropolitana	2006	0,0808	0,4151	0,7888	1,1592	1,2809	1,0545	1,2221	0,9897
	2018	0,0845	0,6448	0,7428	1,2076	1,1778	1,0214	1,2264	0,9190
Central Serrana	2006	2,6403	0,6758	0,8415	0,6630	0,3987	1,0288	0,5721	1,5013
	2018	4,0941	0,5289	0,7874	0,3125	0,9445	1,1634	0,4911	1,2285
Sudoeste Serrana	2006	3,4317	1,4906	0,7237	0,2195	0,5955	0,9101	0,5331	1,3753
	2018	3,0473	1,0873	0,8682	0,2151	0,9173	0,9688	0,7000	1,2526
Litoral Sul	2006	1,2211	2,1239	1,0474	1,0190	0,7263	0,7373	0,7139	1,6429
	2018	0,8440	1,7683	0,6364	1,6697	0,4522	0,8020	0,6605	2,2695
Central Sul	2006	0,5660	2,6898	1,7071	1,0046	0,6235	1,1014	0,7760	0,8671
	2018	0,4704	1,7133	1,8261	0,5507	0,3870	1,1094	0,7887	0,9588
Caparaó	2006	2,3996	0,4769	0,4383	0,7585	0,4382	0,9904	0,5397	1,9792
	2018	1,5094	0,2961	0,5008	1,3339	0,3374	1,2516	0,7199	1,6882
Rio Doce	2006	2,4619	0,3808	1,6960	0,5924	0,8277	0,7777	0,7812	0,6842
	2018	2,7476	1,0186	1,8750	0,5331	1,3660	0,7800	0,6873	0,6877
Centro-Oeste	2006	1,4672	1,3221	2,1981	1,0961	0,4211	1,0481	0,5843	0,7276
	2018	1,2019	1,4419	1,8088	1,0453	0,4465	1,1173	0,7323	0,8601
Nordeste	2006	5,9973	1,0057	0,3935	0,5085	0,3341	0,7920	0,5772	0,9719
	2018	5,6185	0,5632	0,7656	0,3452	0,6547	0,8406	0,5926	1,1567
Noroeste	2006	1,7090	11,8142	0,7861	0,5694	0,2293	0,9960	0,3517	1,4256
	2018	1,5085	7,3159	0,9862	0,6103	0,5074	1,1861	0,5193	1,3783

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Economia (2006-2018).

Sobre esses resultados, percebe-se que na Região Metropolitana os setores de serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio e serviços, tiveram QL superiores a um, tanto em 2006 como em 2018. Além disso, é importante perceber que tanto os serviços industriais de utilidade pública quanto os serviços na Região Metropolitana ampliaram seus resultados do QL para o intervalo avaliado. Em relação a esta região, destaca-se a presença dos quatro municípios mais populosos do estado – Serra, Vila Velha, Cariacica e Vitória –, bem como sua estrutura de bens e serviços, cujas características a levam à polarizar toda a rede de cidades do Espírito Santo e extremo sul da Bahia, conforme informações obtidas no trabalho “Regiões de Influência das Cidades Brasileiras”, realizada pelo IBGE, em 2018.

Na Central Serrana, os setores que tiveram QLS superiores a um foram a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, o comércio e a administração pública. Além disso, desses três setores, verifica-se que os dois primeiros tiveram resultados ampliados para o período entre 2006 e 2018. Como já mencionado, esta região é constituída por municípios que se caracterizam como importantes destinos turísticos locais, como Santa Teresa, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá, sendo este último ainda apresentado como o maior produtor de hortifrutigranjeiros do estado.

Na Sudoeste Serrana, três setores registraram QLS superiores a um, sendo a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, a extrativa mineral e a administração pública. Porém, nenhum deles tiveram registro de aumento em seus QLS para o período entre 2006 e 2018. Em relação a esta região, cabe citar a presença de Venda Nova do Imigrante, considerada a capital nacional do agroturismo e Domingos Martins, também um importante destino turístico local. Na região, ressalta-se ainda a presença de atividades como o café arábica (LINO, 2021) e de rochas ornamentais, sendo neste caso, localizado em municípios como Venda Nova do Imigrante, Afonso Cláudio, Domingos Martins e Conceição do Castelo (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2018; MOREIRA, 2020).

Na Litoral Sul, os setores que tiveram QLS superiores a um, tanto em 2006 como em 2018, foram o extrativo mineral, os serviços industriais de utilidade pública e a administração pública. Todavia, apenas estes dois últimos ampliaram seus resultados durante o período avaliado. Sobre esta microrregião, salienta-se que os desempenhos desencadeados pelas paralisações nas atividades da Samarco Mineração, localizada em Anchieta, em 2015, e as ampliações na extração de petróleo realizados em alto-mar, a partir de 2007, afetaram os resultados. (LINO, 2021).

Na Central Sul, os setores que apresentaram QLS superiores a um durante os dois anos avaliados foram a extrativa mineral, a indústria de transformação e o comércio. Porém, destaca-se que apenas estes dois últimos ampliaram seus resultados para o QL, entre 2006 e 2018. Esta região de destaca pela presença de Cachoeiro de

Itapemirim, considerado município polo de toda região sul do estado, diante de suas atividades de comércio e serviços (IBGE, 2018), bem como a presença de empresas voltadas para extração e beneficiamento de rochas ornamentais (FINDES, 2020).

No Caparaó, os setores com maiores QLs para o período foram a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca e a administração pública. Entretanto, nenhum dos dois registraram crescimento em seus resultados, entre os valores apresentados para 2006 e 2018. Entre os fatores que caracterizam a região, está a condição de seus municípios estarem situados no entorno do Parque Nacional do Caparaó e sua produção de café (LINO, 2021).

Na Rio Doce, os setores que tiveram QLs superiores a um foram a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca e a indústria de transformação, que por sua vez, ambos também ampliaram seus resultados apresentados para os anos de 2006 e 2018. Como já citado, esta região se destaca pela presença de Aracruz, em função da empresa voltada para produção de celulose, a Suzano, e Linhares, por sua diversidade econômica e por ser o município com a maior área agrícola do Estado.

A microrregião Centro-Oeste é a que apresenta maior quantidade de setores com resultados de QL superiores a um, tanto em 2006 como em 2015, sendo cinco no total, ou seja, agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública e comércio. Contudo, apenas os setores extrativo mineral e comércio ampliaram seu resultado entre 2006 e 2015. As características da região se assemelham às da Central Sul, cuja diferença ocorre pela presença de Colatina, importante polo de comércio e serviços das regiões Centro-Oeste e Noroeste do estado (IBGE, 2018). Além disso, na região ainda há a presença de empresas voltadas para o setor de rochas ornamentais (FINDES, 2020).

Na Nordeste, o único setor que teve resultado de QL superior a um para os anos de 2006 e 2018 foi a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. Porém, o segmento registrou uma pequena queda no período, passando de 5,9973 para 5,6185, respectivamente. A região se destaca pela presença do município de São Mateus, definido como polo de bens e serviços locais, além de sua produção agrícola como um todo, especialmente para o café conilon e a pimenta do reino (IBGE, 2018; PRADO, 2021).

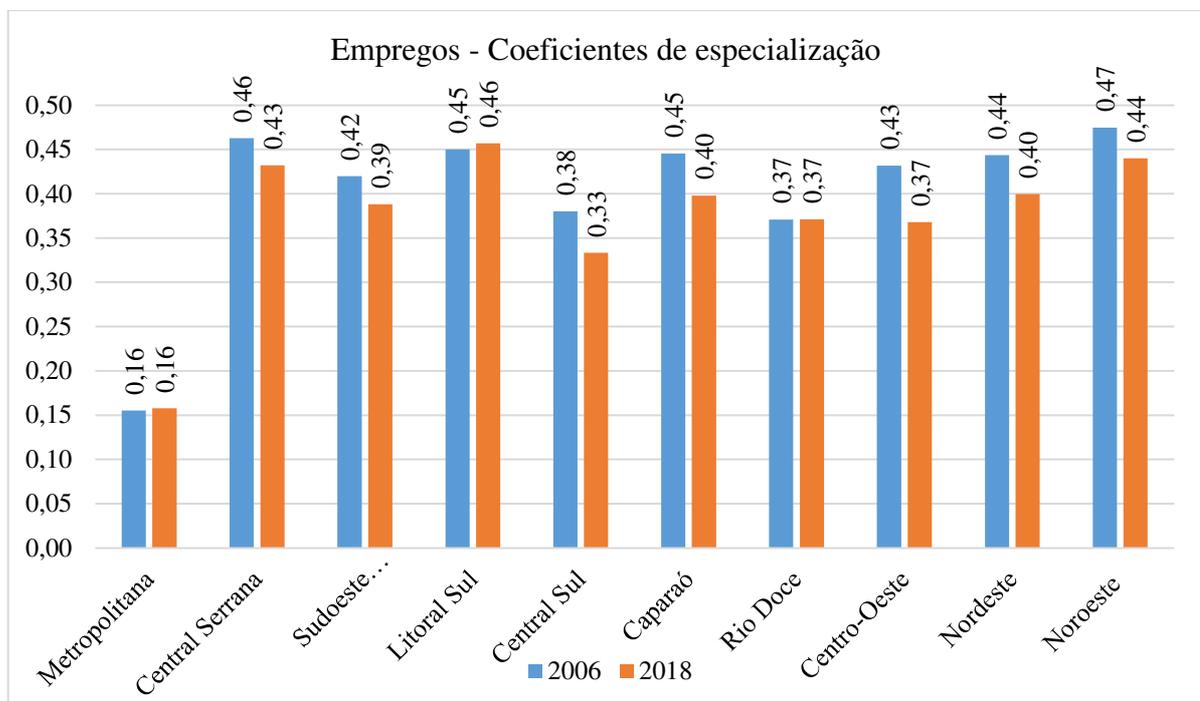
Por fim, no Noroeste, os setores que tiveram QL superiores a um para ambos os anos (2006 e 2018) foram a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca e a extrativa mineral. Todavia, nenhum deles registrou aumento durante o período avaliado. Entre as características da região, estão a produção de café conilon (INCAPER, 2021) e as atividades de extração de rochas ornamentais, especialmente em municípios como Nova Venécia e Barra de São Francisco (FINDES, 2021).

Os resultados dos Coeficientes de Especialização (CE) se encontram exibidos no Gráfico 2. Em relação aos resultados deste indicador, vale lembrar que quanto mais próximos a zero, mais a estrutura setorial da região avaliada se aproxima do padrão,

o que neste caso se refere ao Espírito Santo. Em contrapartida, quanto mais próximo a um, mais especializada é a determinada região em comparação com o padrão.

Assim, no que se refere à distribuição dos empregos formais nos setores econômicos entre as diferentes regiões do estado, tanto em 2006 como em 2018, as nove microrregiões do interior capixaba apresentam-se como sendo mais especializadas na comparação com os desempenhos da Região Metropolitana.

Gráfico 2 – Coeficientes de especialização sobre as quantidades de empregos formais conforme as subclasses CNAE entre as microrregiões do Espírito Santo, em 2018



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Economia (2006-2018).

Todavia, cabe citar que esta condição vem se alterando no período à medida que se constata que apenas a microrregião Litoral Sul ampliou seu coeficiente, ou seja, tornou-se mais especializada entre 2006 e 2018. Tanto este resultado como o QL da indústria de extrativa mineral apresentados pela Litoral Sul reforçam a avaliação sobre a influência da atividade petrolífera na região e sua reduzida capacidade de promover o desenvolvimento de outros setores na economia local.

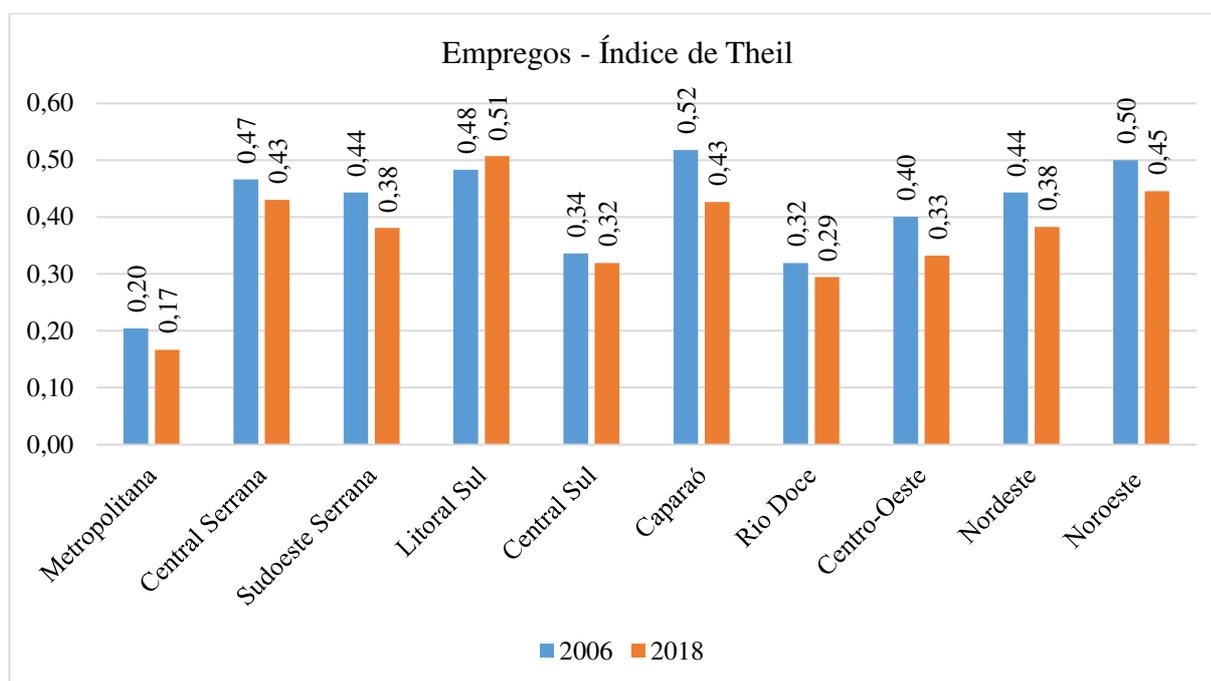
Ainda sobre os resultados dos CE da Região Metropolitana, registra-se que sua estrutura produtiva denota mais proximidade à realidade do Espírito Santo do que as demais regiões do estado para este mesmo período. Todavia, verifica-se que tanto

esta região como a Rio Doce mantiveram seus coeficientes durante os dois anos avaliados.

Já no Gráfico 3 encontram-se os resultados para o Índice de Theil para as diferentes regiões do Espírito Santo. Sobre este indicador, ressalta-se que, diferentemente dos resultados do CE, em que se fez uma análise sobre a especialização a partir de uma comparação com a estrutura produtiva do território-base – total do Espírito Santo –, este avalia apenas as atividades presentes na própria região em si, de maneira isolada. Assim, por meio do Índice de Theil, nota-se que a Metropolitana se caracteriza por ser mais diversificada que as regiões do interior capixaba, já que ela possui resultados menores, tanto em 2006 como em 2018.

Ainda sobre os resultados apresentados, conforme Gráfico 3, destaca-se que quase todas as microrregiões do Estado reduziram seus índices para o período entre 2006 e 2018, com exceção da Litoral Sul, que ampliou.

Gráfico 3 – Índices de Theil sobre as quantidades de empregos formais, conforme as subclasses CNAE entre as microrregiões do Espírito Santo, em 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Economia (2006-2018).

Outro ponto a ser ressaltado, é que, em sequência à Metropolitana, as microrregiões que detinham maiores níveis de diversificação econômica, em 2018, foram a Rio Doce, a Central Sul e a Centro-Oeste. Vale lembrar que, no caso da primeira região, os setores em que ela teve maiores resultados para o QL, em 2018, foram a

agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, a extrativa mineral, a indústria de transformação e a construção civil. Já na segunda região, os maiores QIs foram em setores como extrativa mineral, indústria de transformação e comércio. Já a terceira região, além destes três setores supracitados também se destacam agropecuária, extração vegetal, caça e pesca e serviços industriais de utilidade pública.

Como se verifica, ao segmentar a análise para todas as 10 microrregiões do Estado, compreende-se que a Metropolitana possui o mercado de trabalho formal mais diversificado do Espírito Santo. Por outro lado, na análise sobre a CE – que compara o desempenho das respectivas regiões com a estrutura produtiva do estado – vê-se que a Litoral Sul, a Central Serrana e a Noroeste são as que se apresentam como as mais especializadas do Estado.

Estes desempenhos de especialização nestas três regiões se repetem na análise sobre o Índice de Theil, que, por sua vez, realiza uma análise apenas da própria composição dos setores produtivos da respectiva região, consoante já mencionado. Todavia, vale citar que nesta lista é acrescida a microrregião Caparaó, já que teve um desempenho semelhante ao da Central Serrana.

Com base nos resultados apresentados por este trabalho de modo geral, nota-se, não apenas as características da disposição dos indicadores de mercado de trabalho na economia do Espírito Santo durante o período entre 2006 e 2018, mas, também, as possibilidades de forma de atuação da gestão local, em destinar políticas públicas voltadas para estimular o desenvolvimento nas diferentes regiões do Estado.

Considerações finais

Com base nas análises realizadas, identifica-se que os impactos gerados pela crise da cafeicultura e as políticas de industrialização fomentadas no Espírito Santo durante os anos de 1960 e 1970, além de provocarem rupturas na estrutura social e econômica do Estado, trouxeram reflexos em seu território, cujas características perduram ainda atualmente. Tanto que a Região Metropolitana se mantém como a que detém as maiores participações percentuais de população e PIB no total do estado, além de ser a mais dinâmica e diversificada da economia capixaba – apesar de se constatar algumas alterações pontuais entre as regiões do interior do Espírito Santo em um período mais recente.

Ademais, o interior capixaba, definido por ser constituído por nove das 10 microrregiões do estado, possui praticamente metade da população, do PIB, dos empregos e dos estabelecimentos formais do Espírito Santo. Sobre estes indicadores econômicos, ressalta-se que, mesmo eles apontando para certas alterações entre as diferentes regiões do interior do estado, na comparação com a Metropolitana, em um período mais recente, muitas se encontram justificadas pela presença de atividades como a extração de petróleo e gás, realizadas em áreas

marítimas. Isso pode ser constatado na própria microrregião Litoral Sul, em que a extração de petróleo realizada em alto mar possui pouca interação com suas atividades terrestres, o que também acaba gerando baixa capacidade em reversão desse desempenho em empregabilidade na região.

Ainda sobre o mercado de trabalho no interior do Espírito Santo, ressalta-se que, mesmo com as políticas de erradicação dos cafezais durante os anos 1960, a atividade se reestruturou e permanece como uma das principais empregadoras do interior capixaba. A importância desta atividade pode ser observada à medida que se identifica seu destaque em microrregiões dispersas de norte (como Noroeste e Nordeste) e a sul (como Caparaó) do Espírito Santo.

Também entre as microrregiões do estado cabe citar, ainda, os desempenhos verificados na microrregião Rio Doce diante de sua ampliação nas quantidades de empregos em todos os setores listados, entre 2006 e 2018, bem como indicativos de uma diversificação econômica, cuja performance está associada aos resultados apresentados por Linhares e Aracruz.

Todavia, de maneira geral, cabe citar que o mercado de trabalho formal do interior capixaba, especialmente no que se refere à quantidade de empregos formais, encontra-se mais especializado e, portanto, mais concentrado em algumas atividades do que na comparação com a realidade da Região Metropolitana.

De modo geral, compreende-se que os investimentos realizados nos municípios da Região Metropolitana, a partir da década de 1960, possibilitaram que essas cidades tivessem melhores desempenhos em seus aspectos sociais e econômicos, diferentemente do que ocorreu no interior do estado, o qual foi influenciado pela política de erradicação dos cafezais, ocorrida em 1962.

Referências

ALVES, F. D. Questões teórico-metodológicas entre geografia econômica e desenvolvimento regional. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 37, v. 1, p. 5-21, jan./jul. 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/3355/3335>. Acesso em: 30 set. 2019.

BASTOS, S. Q. A. **Reflexões sobre o desenvolvimento local**: a partir da análise do processo de industrialização de Juiz de Fora (MG). TD. Mestrado em Economia Aplicada FEA/UFJF 006/2007. Disponível em: https://www.ufjf.br/seminarios_ppge/files/2013/07/td_006_2007.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

DINIZ, F. J. L. S.; CARVALHO, M. T. C. C. S. S. Atividades produtivas das regiões NUT III portuguesas: análise evolutiva da localização e especialização regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 2, p. 34-58, mai-ago/2015, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/1770/447>. Acesso em: 06 jul. 2021.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Estadual nº 11.174, de 25 de setembro de 2020**. Altera o Anexo Único da Lei nº 9.768, de 26 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a definição das Microrregiões e Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.al.es.gov.br/>>. Acesso em 06 jul. 2021.

FINDES. Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo. **Espírito Santo é o líder no país em exportação de rochas ornamentais**. 14 jan. 2020. Disponível em: <https://findes.com.br/news/espírito-santo-e-o-lider-no-pais-em-exportacao-de-rochas-ornamentais>. Acesso em: 31 jul. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de população**. 2006-2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades – REGIC**. 2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jul. 2021.

INCAPER. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. **Cafeicultura** - Café Conilon. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/cafeicultura-conilon>. Acesso em: 27 jul. 2021.

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. **Mapas**. 2020. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br>. Acesso em: 25 jul. 2021.

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. **Produto Interno Bruto Municipal**. 2006 a 2018. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INE. Instituto Nacional de Estatística de Portugal. Conceitos e metodologias: medidas de especialização regional. **Revista de Estudos Regionais**, Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2. semestre, 2002. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSsest_boui=106290&ESTUDOSmodo=2. Acesso em: 15 jul. 2018.

JESUS, J. A.; SPINOLA, N. D. Seis décadas da Teoria dos Polos de Crescimento: revisitando Perroux. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, ano

XVII, n. 2, dez. 2015, Salvador-BA, p. 935 – 952. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/4204/2850>. Acesso em: 07 set. 2019.

LINHARES. **Linhares ocupa 2ª posição no ranking de empregos formais gerados em todo o Espírito Santo**. 4 jun. 2021. Disponível em: <https://linhares.es.gov.br/2021/06/04/linhares-ocupa-2a-posicao-no-ranking-de-empregos-formais-gerados-em-todo-o-espírito-santo>. Acesso em: 25 jun. 2021.

LINO, L. S. **Os caminhos para a produção no interior do Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo-USP, São Paulo-SP, 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**. 2006-2018. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MOREIRA, B. **Cadeia produtiva de mármore e granito capixaba é oportunidade para vários modelos de negócio**. 13 fev. 2020. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/cadeia-produtiva-de-marmore-e-granito-capixaba-e-oportunidade-para-varios-modelos-de-negocio>. Acesso em: 25 jul. 2021.

PIRES, J. M. Economia regional e urbana. *In*: PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JUNIOR, R. (Org.). **Manual de economia**: equipe de professores da USP. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 594-605.

PRADO, W. São Mateus prepara concurso para valorizar café e pimenta do reino. **Tribuna do Cricaré**. 10 abr. 2021. Disponível em: <https://tconline.com.br/sao-mateus-prepara-concurso-para-valorizar-caffe-e-pimenta>. Acesso em: 25 jun. 2021.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo – 1955-1985. 2. ed. Vitória-ES: Espírito Santo em Ação, 2012. 173 p.

SAMARCO. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SANTOS, J. O. **Estrutura de produção da região Nordeste e estados nos anos de 2010 e 2015**: uma contribuição a partir da abordagem insumo-produto. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal-RN, 2021.

Data de submissão: 10/08/2021

Data de aprovação: 14/07/2023

Revisão: Daniela Matthes (português), Emily Camila Batschauer e Mateus Artur Pereira Nuss (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Leandro de Souza Lino

União Capixaba de Ensino / Faculdade Espírito Santense

Rua São Jorge, 335 – Oriente

29150-525 Cariacica, ES - Brasil

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5909-8028>

E-mail: lslino@gmail.com